

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.811.352 - PR (2019/0127346-6)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**RECORRENTE** : ITAU UNIBANCO S.A  
**ADVOGADO** : MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI - PR020456  
**RECORRIDO** : HELIO LOURENCO DA SILVA  
**ADVOGADO** : JULIO CÉSAR SUBTIL DE ALMEIDA - PR041597

**EMENTA**

AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. PRESCRIÇÃO. DIREITO PESSOAL. VINTENÁRIA SOB A ÉGIDE DO CC/16. DECENAL A PARTIR DO INÍCIO DA VIGÊNCIA DO CC/02. ART. 406 DO CC/02. TAXA SELIC.

1. As ações revisionais de contrato bancário são fundadas em direito pessoal, motivo pelo qual o prazo prescricional, sob a égide do Código Civil de 1.916 era vintenário, e passou a ser decenal, a partir do Código Civil de 2.002.
2. A taxa dos juros moratórios a que se refere o art. 406 do CC/2002 é a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. Súmula 568/STJ.
3. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto pelo ITAU UNIBANCO S.A, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Recurso Especial interposto em:** 18/10/2018.

**Concluso ao gabinete em:** 08/05/2019.

**Ação:** revisional de contrato c/c repetição de indébito, ajuizada por HELIO LOURENCO DA SILVA, em face do recorrente, em virtude de contrato de abertura de crédito em conta corrente celebrado entre as partes.

**Sentença:** julgou parcialmente procedentes os pedidos, para limitar os juros pela taxa legal; afastar a capitalização de juros e reconhecer lançamentos indevidos.

**Acórdão:** deu parcial provimento à apelação interposta pelo recorrido para reconhecer a ilegalidade da cobrança relativa ao débito por contabilidade sem origem identificada.

**Recurso especial:** sustenta violação dos arts. 206, § 3º, IV e 406

do CC; bem como dissídio jurisprudencial. Alega, em síntese, que a pretensão de repetição de indébito prescreve em 3 anos; deve ser aplicada a SELIC como taxa de juros, que não deve ser cumulada com aplicação de outros índices.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**- Da prescrição**

O TJ/PR entendeu que a demanda não está prescrita, uma vez que se aplica à espécie o prazo prescricional previsto no art. 177 do CC/16 (20 anos), na forma do CC/16 e do art. 2.028 do CC/2002.

Assim, o acórdão recorrido alinhou-se ao entendimento desta Corte no sentido de que, para as ações revisionais nas quais o correntista questiona lançamentos indevidos efetivados em sua conta-corrente mantida em instituição financeira, o prazo prescricional é o vintenário (art. 177 do CC/1916) ou decenal (art. 205 do CC/02). Nesse sentido: AgRg no REsp n.1.504.037/MG, 3ª Turma, DJe de 1º/6/2015; AgRg no AREsp 763.465/SP, 3ª Turma, DJe 27/11/2015; AgRg no AREsp 32.822/RS, 3ª Turma, DJe 22/08/2013; AgRg no Ag 1.401.863/PR, 4ª Turma, DJe 19/11/2013; AgInt no AREsp 889.930/MS, DJe 19/12/2017; AgInt no REsp 1653189/PR, 4ª Turma, DJe 20/09/2018).

Incidência, portanto, das Súmulas 83 e 568 do STJ.

**- Da aplicação da taxa SELIC (Súmula 568/STJ)**

O TJ/PR, ao decidir pela inaplicação da taxa SELIC, contrariou o entendimento do STJ, no sentido de que a taxa dos juros moratórios a que se refere o art. 406 do CC/02 é a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, que se revela insuscetível de cumulação com quaisquer índices de correção monetária. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.599.906/MT, 3ª Turma, DJe 10/10/2017; REsp 1.537.922/DF, 3ª Turma, DJe 30/03/2017; e AgRg no REsp 1.054.117/RJ, 4ª Turma, DJe 14/04/2016; AgRg no AREsp 196.158/CE, 3ª Turma, DJe 25/11/2014.

Forte nessas razões, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, V, "a", do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ, para determinar que seja aplicada a taxa SELIC como índice de correção do valor a ser restituído pela recorrente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI  
Relatora

